

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : JUAN MARIA VAZQUES VEREZ
ADVOGADO : CARLOS MOLteni JUNIOR E OUTRO(S) - SP015155
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. A CORTE DE ORIGEM, COM BASE NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO, ASSEVERA QUE A EXECUÇÃO SE DÁ COM BASE NOS ESTRITOS LIMITES DO TÍTULO EXECUTIVO. INVIABILIDADE DE REVISÃO DE TAL ENTENDIMENTO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DO SEGURADO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A Corte de origem, soberana na análise fática dos autos, confirmando a sentença, não reconheceu a configuração de qualquer irregularidade na execução, asseverando que a execução obedeceu os limites traçados no título executivo, declarando a inexistência de qualquer valor em favor do exequente.

2. Torna-se inviável, em sede de Recurso Especial, desconstituir o acórdão recorrido, uma vez que, para acolher a pretensão da parte recorrente, a fim de demonstrar erro na execução, verificar o desacerto das contas apresentadas ou ofensa à coisa julgada, inevitavelmente seria necessário o reexame do acervo fático-probatórios dos autos, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 7/STJ.

3. Agravo Interno do Particular a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

